

CB
24/1/196 Pg. 04
CAR00496

TERRAS INDÍGENAS

Anistia alerta para risco de conflitos

Ronaldo Brasiense
Da equipe do Correio

A Anistia Internacional vai denunciar o governo brasileiro pela edição do Decreto nº 1.775, assinado pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, que reformulou os critérios de demarcação de reservas indígenas no país.

Os principais líderes da Anistia promovem uma manifestação, hoje, em frente à embaixada do Brasil em Londres, Inglaterra, para apontar e denunciar ao mundo os erros do decreto — que, na avaliação da entidade, vai acelerar as invasões de áreas indígenas.

Os dirigentes do órgão, que aponta casos de desrespeito aos direitos humanos em todos os continentes, serão recebidos em audiência pelo embaixador do Brasil em Londres, Rubens Barbosa, a quem entregarão um documento com críticas ao Decreto 1.775.

Conflitos — Municida por entidades indigenistas do país e pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai) — onde o decreto do ministro Jobim enfrenta restrições —, a Anistia Internacional está preocupada com o possível acirramento de conflitos em terras dos índios.

Allyson Sutton, coordenadora da

Anistia Internacional para a América Latina, e outros representantes da entidade, vão mostrar ao embaixador brasileiro que, desde a promulgação do decreto, em 8 de janeiro, cinco reservas indígenas já foram invadidas ou contestadas judicialmente.

A Anistia citará os casos das áreas Sete Cerros, no Mato Grosso do Sul, contestada por uma empresa agropecuária; Panambizinho (MT), onde é alto o índice de suicídio, e a reserva Caigangue, no Paraná, além dos tembés, no Pará.

Preocupação — Também preocupa a Anistia Internacional a decisão da Federação da Agricultura do Mato Grosso do Sul de questionar judicialmente todas as áreas indígenas do estado que ainda não estejam registradas na Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Municida pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica, a Anistia Internacional também cobrará medidas do governo brasileiro para evitar choques armados entre índios e garimpeiros, madeireiras e grileiros.

A entidade também cobrará providências do governo para garantir a sobrevivência dos povos indígenas nunca contactados que vivem na Amazônia.

Índios protestam na Europa

Caciques das principais nações indígenas do Brasil vão à Europa e aos Estados Unidos denunciar o que chamam de caráter genocida do Decreto 1.775, que alterou os critérios de demarcação de áreas indígenas no país.

Os índios querem denunciar o governo brasileiro no Parlamento Europeu, na Organização dos Estados Americanos e na Organização das Nações Unidas.

Os caciques enviaram, ontem, carta ao primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, pedindo audiência.

O anúncio do protesto foi feito em reunião dos líderes indígenas com o embaixador da Alemanha no Brasil, Claus Jurgen Dusberg, quando os índios pediram que o governo alemão suspenda a liberação de recursos para demarcação de reservas.

Os índios entregaram ao embaixador Dusberg uma carta dirigida a Helmut Kohl em que alertam para o retrocesso na causa indigenista.

Demarcação — A Alemanha liberou US\$ 22 milhões, dentro do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais da Amazônia, para a Fundação Nacional do Índio (Funai) garantir a demarcação de 56 áreas indígenas.

Na reunião com o embaixador Dusberg, Antonio Gomes, do Conselho de Articulação dos Povos Indígenas (Capoib), criticou os efeitos do decreto para os índios brasileiros.

“A liberação dos recursos deve ser suspensa”, afirma Maninha Kariri, da Articulação dos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. (RB)

INVASÕES

■ **Suruí** — Em Cocal, Rondônia. Segundo informações do Cimi, a invasão teve início na semana passada com cerca de cem famílias.

■ **Caigang** — Em Barão de Antonino, Paraná. Cerca de 60 famílias invadiram a área caigang. Os colonos, segundo o Cimi, se dizem respaldados no novo decreto. Os índios conseguiram reintegração de posse.

■ **Guarani-Caiçová** — Mato Grosso do Sul. Área ampliada pelo ministro Nelson Jobim em dezembro devido aos altos índices de suicídios. Está sendo contestada pelos fazendeiros locais.

■ **Sete Cerros** — Mato Grosso do Sul. Foi alvo de processo da Satfin Agropecuária e Imóveis. A empresa estaria satisfeita com o decreto e deve retirar a queixa.